



INTRACGU

Orientações sobre visto e passaporte atualizadas



OCDE

Fase 4 de Avaliação do Brasil e visita *in loco*

CGU participa de reuniões e eventos sobre integridade pública e privada

Encontro da Rede LEO e Reunião do Grupo sobre Suborno



G20

Anticorrupção: CGU participa de reunião do G20



CAPACITAÇÃO

CGU participa de reunião do Grupo de Trabalho Anticorrupção do BRICS



ONU

Em série de reuniões, CGU destaca novas prioridades da Casa



ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL

Plataforma Regional: Conferência sobre o Combate à Corrupção nos Países da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

CGU participa da *RightsCon* e discute aliança regional sobre transparência em algoritmos

CGU e especialistas do UNODC discutem mensuração da corrupção

NOTÍCIAS DA ASCOM

[Servidores da CGU participam de evento acadêmico promovido pela IPPA](#)

[Semana de Governo Aberto 2023: CGU destaca perspectivas e desafios da gestão pública](#)

[OCDE: missão para avaliação do Brasil na Convenção Antissuborno acontece nesta semana](#)

[CGU e Conaci lançam estudo sobre requisitos do IA-CM e as normas internacionais de auditoria interna](#)

[CGU participa de evento da OCDE sobre integridade e combate à corrupção](#)

[CGU conclui segundo diagnóstico da Ager/MT no Programa QualiREG](#)

[Brasil participa de XX Reunião Especializada de Órgãos de Controle Interno](#)

[CGU debate ações de integridade e anticorrupção no setor privado na América Latina](#)

INTRACGU

Orientações sobre visto e passaporte atualizadas

Recentemente, o Ministério das Relações Exteriores circulou novas orientações para a solicitação de emissão de passaporte oficial e nota verbal às embaixadas estrangeiras para a obtenção de visto. Entre as mudanças, houve alteração no horário de protocolo dos documentos, a inclusão de outros documentos requeridos, como a portaria de autorização de afastamento do país, e a necessidade de assinatura do ofício pela área internacional.

A Assessoria Especial para Assuntos Internacionais atualizou o [roteiro disponível na IntraCGU](#) e convida os servidores a consultarem as novas orientações.

ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL

PLATAFORMAS REGIONAIS

Conferência sobre o Combate à Corrupção nos Países da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

De 31 de maio a 2 de junho de 2023, ocorreu o segmento de alto nível da Conferência sobre o Combate à Corrupção nos Países da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) – Os desafios da cooperação regional na implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, em Luanda, Angola.

O evento foi organizado pelo Governo de Angola em parceria com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) e teve como objetivo traçar as prioridades dos países do SADC nas temáticas de coordenação nacional e regional, bem como na área de contratações públicas.

A Controladoria-Geral da União (CGU) atendeu a convite para participar de painel sobre ação coletiva para a garantia da boa

governança. A servidora Mônica Bulhões, da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais, representou a CGU no evento e compartilhou a experiência da Controladoria no âmbito da [Plataforma Regional para a América do Sul e México](#), em especial, na elaboração das prioridades dos países dessa região, que são: anticorrupção no setor privado; sistemas de integridade e transparência; proteção aos denunciantes; contratações públicas; e corrupção e justiça.

Destacou também os pontos positivos da abordagem regional, que aproxima os países que têm desafios em comum, além de possuírem senso de identidade regional. A servidora explicou que a Conferência é um momento rico para troca de experiências, boas práticas e de alinhamento, sendo relevante para o diálogo

entre os membros, que podem ter como resultado ricos projetos de cooperação. Em seguida, o programa Empresa Pró-Ética, desenvolvido pela CGU desde 2010, foi abordado e utilizado para exemplificar um projeto de cooperação regional de sucesso: a cooperação trilateral entre o Brasil, Paraguai e a Agência de Cooperação Internacional da Alemanha "Fortalecendo a integridade em tempos de crise".

Indagada sobre como é a interação entre os atores não-governamentais no Brasil, a

representante da CGU norteou sua resposta informando sobre o decreto que instituiu, no dia 16 de maio de 2023, o Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção (CTICC) no Poder Executivo federal, sendo destacada a ampliação da representatividade da sociedade civil na formulação de políticas públicas e de diretrizes sobre os temas de competência da CGU, de maneira a promover maior diálogo do governo federal com os movimentos sociais e a população.



A servidora Mônica Bulhões e demais participantes de painel durante a Conferência

DIREITOS DIGITAIS

CGU participa da *RightsCon* e discute aliança regional sobre transparência em algoritmos

A Controladoria-Geral da União (CGU) participou da 12ª *RightsCon*, a principal cúpula mundial sobre direitos humanos na era digital. O evento ocorreu no período de 5 a 8 de junho de 2023, na cidade de San José, na Costa Rica.

A *RightsCon* é uma conferência internacional que reúne ativistas, defensores dos direitos humanos, tecnólogos, acadêmicos, empresas e governos para discutir questões relacionadas aos direitos digitais.

A conferência abordou temas como a liberdade de expressão na internet, privacidade, segurança digital, direitos do consumidor, diversidade e inclusão, transparência e outros tópicos relacionados à tecnologia e aos direitos humanos.

Dentre as trilhas abordadas nesta edição de 2023, destacam-se alguns temas diretamente relacionados a atividades de interesse da CGU: inteligência artificial, governança e proteção de dados, segurança digital, e outras tecnologias emergentes.

Adicionalmente, a CGU também foi convidada para participar de uma reunião fechada, no âmbito do evento, cujo objetivo foi a articulação de uma aliança regional para tratar de avanços coordenados em transparência algorítmica, a partir da perspectiva latino-americana, promovendo a disseminação de boas práticas e lições aprendidas entre diferentes países e organizações.

ACGU foi representada pelo auditor Eduardo Soares de Paiva, da Diretoria de Informações Estratégicas. De acordo com o servidor, a conferência foi uma grande oportunidade para conscientização sobre a possibilidade de introdução de vieses e propagação de preconceitos em algoritmos de inteligência artificial, assim como para compartilhar algumas estratégias para identificar e evitar esses problemas nos modelos de aprendizado de máquinas a serem desenvolvidos.

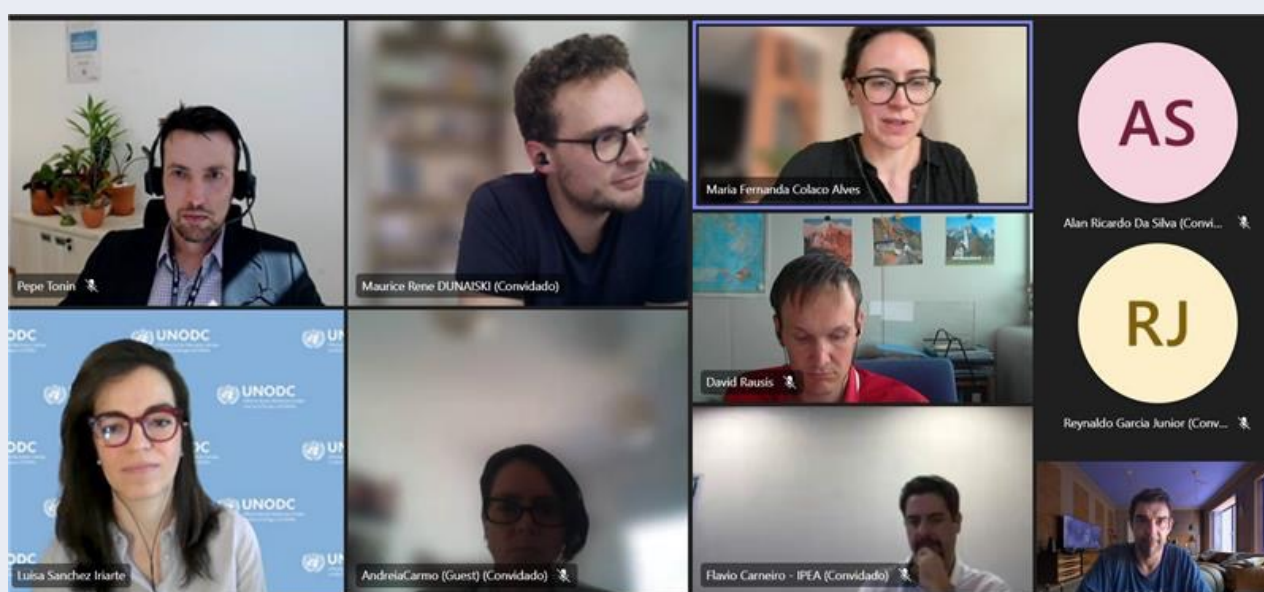


O servidor Eduardo Soares de Paiva na primeira foto. Apresentadores e participantes durante a conferência.

INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS

CGU e especialistas do UNODC discutem mensuração da corrupção

Em 6 de junho de 2023, representando a Controladoria-Geral da União (CGU), a equipe da Diretoria de Estudos e Desenvolvimento de Integridade Pública promoveu debate com especialistas em pesquisas e mensuração da corrupção do Instituto Nacional de Estatística e Geografia do México e do Escritório da Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC). Pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, parceiros da CGU no desenvolvimento do [projeto piloto da Pesquisa Brasileira de Exposição à Corrupção](#), também participaram do debate.



Registro da reunião virtual entre especialistas sobre mensuração da corrupção

Os debates abordaram as iniciativas internacionais mais recentes em elaboração e aplicação de enquetes de experiência com corrupção, as metodologias e as tendências em mensuração do fenômeno e as boas práticas para comunicação dos resultados destas pesquisas. Na oportunidade, foram apresentados os exemplos de pesquisas com cidadãos e, em alguns casos, com empresas e agentes públicos, na Nigéria, em Gana, no México, além de pesquisas em curso na Malásia, na Costa do Marfim e no Quênia.

Os participantes ressaltaram a importância da continuidade destas pesquisas em nível nacional, com análises de dados demográficos desagregados para a elaboração de políticas públicas mais efetivas e concordaram que uma das grandes dificuldades para a continuidade deste tipo de pesquisa é seu custo. O UNODC sugere ao menos uma parceria técnica com o instituto nacional de estatística, para a otimização dos recursos envolvidos.

Os especialistas destacaram as tendências de estudos sobre outras formas de corrupção para além da propina, como o nepotismo e a compra de votos, bem como a

inclusão de análises sobre as relações entre gênero e as diferentes experiências com a corrupção. Concluíram que para uma primeira edição, como é o caso brasileiro, é essencial demonstrar a robustez técnica da pesquisa e sua utilidade como ferramenta útil à melhoria dos serviços públicos. Além disso, é importante desenvolver análises comparativas entre a percepção de corrupção e a incidência indireta e direta de corrupção, pois este tipo de análise demonstra que a percepção em regra é inflada em relação a existência real de corrupção nos países.

Para obter mais informações sobre as experiências compartilhadas, acesse:

[Pesquisas sobre Integridade dos Serviços Públicos em Gana e Nigéria](#)

[Pesquisa Nacional de Qualidade e Impacto Governamental 2021 - México](#)

[Pesquisa Nacional de Qualidade Regulatória e Impacto Governamental em Empresas 2020 – México](#)

[Atlas on Crime Victimization Survey](#)

[Latin America and the Caribbean Crime Victimization Survey Initiative \(Panama, Guatemala, St Lucia, Peru, Jamaica, Costa Rica, Argentina\)](#)

FOROS E REUNIÕES INTERNACIONAIS

Realizada anualmente, a [Semana de Governo Aberto de 2023](#), ocorreu no período de 8 a 12 de maio, com a participação da Secretaria de Integridade Pública e transmissão pelo canal da Controladoria-Geral da União (CGU) no Youtube.

Na semana do dia 15 de maio de 2023, o Brasil recebeu a visita da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), relativa ao processo de avaliação da Convenção Antissuborno.

Ainda em maio, representantes da CGU participaram de diversos eventos e reuniões em Paris, nos quais se discutiram temas relacionados à integridade pública e privada, e ao combate à corrupção transacional. Um dos eventos ocorridos no período foi o Fórum Global Anticorrupção e Integridade da OCDE. Em junho, a agenda em Paris abrangeu a reunião da Rede dos Oficiais de Aplicação da Lei (Law Enforcement Officials Network - LEO) e a plenária do Grupo de Trabalho sobre Suborno (Working Group on Bribery - WGB), marcada pela avaliação do México e do Peru.

No âmbito do G20, houve a segunda reunião do Grupo Anticorrupção neste ano de 2023. Durante o encontro, os membros do grupo discutiram princípios de alto nível, assim como debateram sobre o texto da declaração ministerial a ser adotada em agosto.

As atividades internacionais de junho se iniciaram com a realização da [XX Reunião Especializada de Órgãos de Controle Interno](#), em Buenos Aires, com a participação da Secretaria Federal de Controle Interno.

Em Viena, ocorreram a 14ª sessão do Grupo de Revisão da Implementação e a 14ª reunião intersessional do Grupo de Trabalho sobre Prevenção da Corrupção, como parte das atividades de acompanhamento da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção.

OCDE

CONVENÇÃO ANTISSUBORNO

Fase 4 de Avaliação do Brasil e visita *in loco*

O Brasil iniciou, em fevereiro de 2023, a sua quarta fase de avaliação no âmbito da Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Relembre o início do processo: [CGU coordena discussões sobre avaliação do Brasil no âmbito da Convenção Antissuborno da OCDE](#)

A fase 4 de avaliação aborda questões transversais sobre o tema do suborno transnacional, verifica o progresso realizado pelo país em atender as recomendações feitas em avaliações anteriores, analisa os esforços e resultados da persecução do suborno transnacional, além de eventuais alterações no arcabouço normativo e institucional doméstico que possam afetar a plena implementação da Convenção

A Controladoria-Geral da União (CGU) é o órgão responsável por coordenar internamen-

te esse processo de avaliação e conduzir a articulação com as demais instituições envolvidas.

O processo avaliativo é dividido em diferentes etapas, em que, primeiramente, o país avaliado responde a um questionário contendo perguntas padrão e questionamentos específicos, voltados para a realidade do país. Posteriormente, os avaliadores realizam visita *in loco* ao país para debaterem pessoalmente com representantes técnicos de órgãos e entidades públicas, sociedade civil, imprensa e entidades privadas, sobre as informações prestadas no questionário.

A visita *in loco* dos avaliadores de Colômbia e Reino Unido, além de representantes do secretariado da OCDE, ocorreu entre os dias 15 e 19 de maio, nas cidades de Brasília e São Paulo. O ministro Vinícius de Carvalho e a secretária executiva Vânia Vieira participaram da mesa de abertura, reafirmando o compromisso da alta administração com o processo avaliativo. A agenda de trabalho in-

cluiu diversas reuniões com representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público Federal, bem como de órgãos e entidades com atribuições relacionadas aos temas da Convenção. Além disso, a equipe de avaliação se reuniu separadamente com membros de organizações da sociedade civil, advogados, acadêmicos e representantes de entidades privadas.



Mesa de abertura da visita com a participação do ministro Vinicius de Carvalho e da secretária-executiva Vânia Vieira, de avaliadores estrangeiros e de servidores de diversos órgãos

O relatório final de avaliação, com novas recomendações ao Brasil, será discutido e aprovado durante a reunião plenária do Grupo de Trabalho sobre Suborno (Working Group on Bribery – WGB), na sede da OCDE, em Paris, nos dias 10 a 13 de outubro. A íntegra do relatório de avaliação e o comunicado de imprensa serão publicados no [perfil do Brasil na página da OCDE](#).

As recomendações serão registradas no [Painel de Recomendações de Foros Internacionais](#) – ferramenta de transparência ativa da CGU que possibilita a consulta de todas as recomendações recebidas, a situação de cumprimento e os respectivos órgãos responsáveis.

HISTÓRICO DE AVALIAÇÃO DO BRASIL

- 2017 – Relatório de *follow-up* da Fase 3
- 2014 – Relatório da Fase 3
- 2010 – Relatório de *follow-up* da Fase 2
- 2007 – Relatório da Fase 2
- 2004 – Relatório da Fase 1

Firmada em 1997, a Convenção Antissuborno da OCDE foi adotada por 44 países signatários, incluindo todos os 38 Estados membros da OCDE, além de Argentina, Brasil, Bulgária, Peru, Rússia e África do Sul. O Brasil esteve entre os primeiros signatários, tendo promulgado a Convenção em 2000.

Como signatários, os países se comprometem a participar de um processo sistemático de monitoramento da implementação e efetiva aplicação dos termos da Convenção (Artigo 12) e demais instrumentos relacionados. Tal processo é conduzido pelo WGB.

O WGB é composto por um secretariado permanente e por especialistas indicados pelos países membros, que se reúnem de forma plenária em Paris, cidade sede da OCDE, para monitorar o cumprimento da Convenção em todos os Estados Partes, além de debater temas relacionados ao combate ao suborno.

O monitoramento consiste em um procedimento ordinário de avaliação e acompanhamento, dividido em fases, que pode ser acrescido da adoção de medidas extraordinárias, quando são detectadas falhas na implementação da Convenção pelos países signatários.

O procedimento ordinário é conduzido mediante avaliação por pares, sob a coordenação do secretariado do WGB. Atualmente, está constituído em quatro fases regulares, que possuem diferentes enfoques:

Fase 1: avalia a adequação do quadro normativo dos países para combater suborno transnacional e implementar a Convenção.

Fase 2: analisa se os países estão aplicando a legislação na prática.

Fase 3: foca em aspectos de aplicação da legislação e assuntos transversais, além de avaliar recomendações da fase 2 ainda não implementadas.

Fase 4: foca em aspectos de aplicação da legislação, persecução e assuntos transversais de forma personalizada para cada país, além de avaliar recomendações pendentes da fase 3.

AGENDA EM PARIS

CGU participa de reuniões e eventos sobre integridade pública e privada

A Controladoria-Geral da União (CGU) marcou presença no Fórum Global Anticorrupção e Integridade da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o maior evento de integridade pública do mundo, realizado entre os dias 22 e 26 de maio de 2023, em Paris, França. Durante o evento foram discutidos, por servidores públicos e especialistas, temas como o emprego de tecnologias para combate a fraudes e corrupção, medição de corrupção, proteção de denunciante de boa-fé, fortalecimento da democracia, riscos de integridade na infraestrutura e na exploração de recursos naturais.

A secretária de Integridade Pública, Izabela Correa, o corregedor-geral da União, Ricardo Wagner de Araújo, e outros representantes das Controladorias compuseram a delegação brasileira no evento.

Confira a matéria da Ascom: [CGU participa de evento da OCDE sobre integridade e combate à corrupção](#).

Durante o evento, os servidores da CGU desempenharam um papel ativo ao participar de uma ampla variedade de atividades enriquecedoras, dentre as quais, reuniões bilaterais significativas. Entre elas, merecem destaque os encontros com a delegação do Chile e renomados profissionais da OCDE. Essas interações proporcionaram uma plataforma valiosa para a discussão de questões essenciais relacionadas à integridade no setor público, permitindo a troca de experiências e compartilhamento de melhores práticas entre os participantes.

Sob a liderança da secretária Izabela Correa, a CGU também participou do Grupo de Trabalho de Altos Funcionários da Integridade Pública. Foram abordados temas relevantes, como a [Recomendação da OCDE sobre Transparência e Integridade na Atividade de Lobby](#), o monitoramento da implementação da [Recomendação da OCDE sobre Integridade Pública](#) e a [Recomendação da OCDE para Conflito de Interesses no Serviço Público](#). Essas discussões são fundamentais para o aprimoramento das políticas e práticas relacionadas à integridade e ao combate à corrupção em todo o mundo, fortalecendo o diálogo e a cooperação internacional nesse importante tema.

Já o corregedor-geral, Ricardo Wagner de Araújo, participou de painel promovido pelo Pacto Global e pela Câmara Internacional de Comércio, no dia 23 de maio, em que falou sobre a experiência brasileira nos 10 anos de vigência da Lei Anticorrupção.

REUNIÕES

Encontro da Rede LEO e Reunião do Grupo sobre Suborno

No dia 12 de junho de 2023, a Controladoria-Geral da União (CGU) participou do encontro da Rede dos Oficiais de Aplicação da Lei (Law Enforcement Officials Network - LEO). O diretor de Promoção e Avaliação de Integridade Privada, Renato Machado, e o diretor de Responsabilização de Entes Privados, Felipe Brandt, representaram a CGU na ocasião. Renato Machado atuou como moderador de um painel que tratou da interferência indevida sobre agentes responsáveis pela aplicação da lei, com participação de palestrantes da Noruega, Romênia, África do Sul e Eslovênia. Na sequência, os diretores da CGU participaram dos grupos de discussão sobre o tema com os demais países.

Nos dias 13 e 14 de junho, Renato Machado e Felipe Brandt compuseram a delegação brasileira na reunião plenária do Grupo de Trabalho sobre Suborno Transnacional (Working Group on Bribery - WGB). A titular da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais da CGU, Elizabeth Cosmo, chefiou a delegação, também integrada pela auditora Júlia Lírio, pelo auditor Rafael Luz, além de representantes do Ministério Público Federal e do Ministério das Relações Exteriores.



Servidores da CGU e participantes do WGB durante reunião plenária, em junho de 2023

Destaca-se, em especial, a participação brasileira no processo de monitoramento sistemático da implementação da Convenção da OCDE pelos países do grupo. Nessa ocasião, os representantes brasileiros atuaram como avaliadores do relatório adicional de acompanhamento da fase 4 do México, juntamente com a Eslovênia, e do relatório escrito de dois anos da fase 2 do Peru, em conjunto com Israel.

Além disso, houve a realização do *Tour de Table*, exercício coletivo em que os países membros do WGB apresentam e discutem casos em andamento de suborno transnacional. O Brasil não teve novos casos a apresentar, mas foi mencionado pela cooperação em casos envolvendo outros países membros.

A próxima reunião do WGB está prevista para outubro de 2023, ocasião em que será discutido e aprovado o relatório de avaliação da fase 4 do Brasil.

G20

ANTICORRUPÇÃO

CGU participa de reunião do G20

Entre 25 e 28 de maio de 2023, ocorreu a segunda reunião do Grupo de Trabalho Anticorrupção do G20 (ACWG), em Rishikesh, Índia. A delegação brasileira foi chefiada pela Controladoria-Geral da União (CGU) e contou com a participação de representantes do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Justiça e Segurança Pública e da Advocacia-Geral da União.

Na oportunidade, os membros do grupo negociaram princípios de alto nível sobre integridade pública nas agências envolvidas na prevenção e no combate à corrupção. Grande parte do documento já estava acordada e o Brasil, após consultas às diferentes unidades e órgãos envolvidos, não tinha comentários adicionais à proposta. Também houve negociação de princípios de alto nível sobre recuperação de ativos e sobre cooperação entre agências de aplicação da lei. O Brasil apresentou uma série de comentários ao documento, de modo a torná-lo mais adequado ao sistema jurídico nacional. Ao final da reunião, os documentos foram adotados para procedimento de silêncio, com previsão de publicação no site do Grupo.

Além disso, também foi apresentado o projeto da Austrália sobre implementação dos compromissos do G20, que, para este ano, conta com metodologia de votação quanto aos temas a serem trabalhados,

os quais giram em torno de corrupção e esportes e do papel das aduanas no combate à corrupção.

Por fim, o Grupo iniciou a negociação da declaração ministerial, a ser adotada durante a Reunião de Ministros Anticorrupção, prevista para agosto deste ano. Houve dificuldade para se chegar a consenso em grande parte do texto dessa declaração, sendo agendada uma reunião virtual, que ocorreu nos dias 27 e 28 de junho. Mais uma vez, a delegação brasileira foi chefiada pela CGU e contou com a participação dos demais órgãos envolvidos nos trabalhos do ACWG.

Durante os encontros virtuais, avançou-se na discussão de vários parágrafos, restando pendente consenso em torno de alguns temas. Nova reunião foi agendada para o final de julho.



Grupo Anticorrupção do G20 reunido na Índia

ONU

UNCAC

Em série de reuniões, CGU destaca novas prioridades da Casa

A Controladoria-Geral da União (CGU), por meio da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais, participou das sessões regulares do Grupo de Revisão da Implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (IRG-UNCAC) e do Grupo de Trabalho sobre Prevenção da Corrupção, que ocorreram em Viena, Áustria, de 12 a 16 de junho de 2023. A delegação foi composta presencialmente pela servidora Mônica Bulhões, acompanhada do representante do Ministério das Relações Exteriores, Rodrigo Bertoglio.

No curso das sessões, foi realizada intervenção que atualizou o IRG quanto o estágio da avaliação do Brasil no segundo ciclo, referente aos capítulos da UNCAC sobre medidas preventivas e recuperação de ativos. Nesse momento, a CGU está conduzindo a revisão da minuta de Sumário Executivo, documento que conterá as recomendações para melhoria da implementação da Convenção pelo país. Elaborada pelos peritos de Portugal e México, com o auxílio do secretariado do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, espera-se que, após consultas internas e aos órgãos brasileiros que participaram da avaliação, o documento seja finalizado e publicado.

Nos encontros, a representante da CGU informou aos presentes sobre as novas

prioridades da Controladoria, destacando sua nova estrutura que individualiza as competências de integridade pública, integridade privada e de acesso à informação em secretarias específicas. Do mesmo modo, ressaltou a criação do Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção; a recente criação da Rede Nacional de Integridade Privada, dentre outros

Ademais, a servidora atuou como painelistas no dia 15 de junho, na *Panel discussion on technical assistance in connection with article 12 of the Convention and paragraphs 11, 13 and 19 of the political declaration*, informando sobre a experiência do Brasil no compartilhamento da expertise do programa Empresa Pró-Ética no projeto de cooperação trilateral com o Paraguai e Alemanha, que culminou com o lançamento do Selo de Integridade paraguaio. A apresentação gerou interesse dos participantes, que questionaram especialmente sobre o funcionamento da avaliação e de seleção das empresas, bem como sobre a credibilidade gerada pela premiação.



A auditora Mônica Bulhões em painel sobre assistência técnica internacional

CAPACITAÇÃO

IACA

Servidor da CGU participa da *Summer Academy 2023*

O servidor Daniel Mol Marcolino, da Secretaria-Executiva da Controladoria-Geral da União, participou do treinamento [International Anti-Corruption Summer Academy 2023](#), ocorrido entre 10 e 16 de junho de 2023, na sede da Academia Internacional Anticorrupção (International Anti-Corruption Academy - IACA), em Laxenburg, na Áustria.

O servidor foi selecionado mediante processo seletivo da IACA para participar do curso com bolsa integral. O treinamento contou com 56 participantes de 32 países e teve palestras que visaram: discutir as complexidades da corrupção e abordagens alternativas para o combate à corrupção; avaliar as melhores práticas e os desafios intersetoriais; e discutir ferramentas para ajudar a preencher a lacuna entre a teoria

e a prática anticorrupção. Os principais tópicos abordados foram: tecnologias e metodologias de abordagem anticorrupção, o papel dos facilitadores, compliance, mensurando corrupção e integridade, e casos especiais de investigação. O curso ainda promoveu a oportunidade de os participantes trocarem experiências entre si.



Turma do International Anti-Corruption Summer Academy 2023

BRICS

Training for Anti-corruption Professionals

O Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) organizou um treinamento de cinco dias sobre anticorrupção para funcionários públicos do Brasil, Federação Russa, Índia, China e África do Sul (BRICS) com o objetivo de abordar as lacunas e necessidades identificadas pelo Grupo de Trabalho do BRICS sobre Cooperação Anticorrupção na prevenção e combate à corrupção. O treinamento também contribuiu para o alcance das prioridades do Grupo de Trabalho relacionadas à capacitação anticorrupção e treinamento de profissionais que se destacaram. O treinamento aconteceu em Viena, entre os dias 19 e 23 junho de 2023.

Os objetivos do treinamento foram fortalecer o conhecimento dos participantes sobre instrumentos, mecanismos e ferramentas anticorrupção, assim como aumentar sua

capacidade para superar os desafios da implementação de políticas e iniciativas anticorrupção em seus países. Adicionalmente, um dos objetivos foi fomentar o intercâmbio de conhecimentos e boas práticas entre especialistas anticorrupção dos países do BRICS. O programa se concentrou na avaliação eficaz do risco de corrupção, padrões éticos, declaração de ativos, integridade de compras públicas e mecanismos de canal de denúncias.

A delegação brasileira contou com a participação dos delegados da Polícia Federal, Edson Fábio Garutti Moreira e Alexandre Camões Bessa, da advogada da União, Natália Camba Martins, e dos auditores da Controladoria-Geral da União (CGU), Sérgio Neiva e Alessandra Lafetá.



Delegação brasileira no treinamento do BRICS

A África do Sul conduziu as discussões do primeiro dia de treinamento, abordando a temática de ética e gerenciamento de riscos para combater e prevenir a corrupção. O principal objetivo foi discutir o contexto internacional da gestão de risco de corrupção e as ferramentas existentes, havendo demonstração de um método de identificação de riscos e medidas de mitigação, e discussão de abordagens práticas para analisar, avaliar e responder a riscos de corrupção.

Representante da Federação Russa palestrou sobre conflito de interesses no segundo dia de evento. A Rússia apresentou definições e impacto dos conflitos de interesse, e um comparativo

de normas e regulamentos globais sobre o tema. A discussão também permeou a gestão, os métodos de divulgação de conflitos de interesse, possíveis sanções e ações de acompanhamento.

No terceiro dia, a Índia tratou de formas de implementação de sistemas de declaração de ativos, discutindo suas finalidades, e passando por uma visão geral das definições, natureza e tipos de sistemas, além das diferentes etapas do processo de divulgação e possíveis ações de acompanhamento.

O Brasil conduziu as discussões do quarto dia, por meio da palestra do auditor Sérgio Neiva sobre corrupção em compras

públicas. Sérgio Neiva iniciou sua palestra apresentando números obtidos pela CGU em 2022:

- a) O Portal da Transparência, hospedado pela CGU, foi acessado mais de 275 milhões de vezes;
- b) Quase 280 mil denúncias de ouvidorias foram recebidas pela CGU;
- c) Aprovação Planos de Integridade em 100% dos órgãos e entidades;
- d) Economia de cerca de U\$ 4 bilhões de dólares para os cofres públicos como resultado das recomendações dos relatórios de auditoria que foram implementadas;
- e) 651 funcionários públicos expulsos, 311 dos quais por corrupção;
- f) Foram certificados 1.703 processos de Tomadas de Contas Especiais.

O foco principal da apresentação do Brasil foi debater sobre integridade, transparência e acesso às licitações públicas, explorando os temas: (a) prevenção da corrupção na contratação pública, (b) sistemas eletrônicos de compras públicas e (c) supervisão e controle de compras públicas. O auditor da CGU demonstrou casos práticos de alertas e riscos ao longo do ciclo de compras públicas. Da mesma forma, forneceu uma visão geral do uso de tecnologias

para prevenir e combater a corrupção em licitações. Ao final, apresentou uma visão geral dos mecanismos de supervisão e controle dos processos de aquisição.

O último dia de treinamento foi liderado pela China. A representante chinesa abordou os canais de denúncia de atos de corrupção, fornecendo uma visão geral das medidas para facilitar a denúncia, e discutindo canais e procedimentos para tratamento de denúncias. Adicionalmente, demonstrou exemplos práticos sobre proteção dos denunciadores na China e debateu sobre os procedimentos de proteção e outras formas de cooperação com os denunciadores.



Sérgio Neiva apresenta Corruption in Public Procurement: Causes, Consequences and Cures.

CONFERÊNCIA *ComplianceNet*

Entre os dias 21 a 23 de junho de 2023, em Washington, Estados Unidos, a servidora da Controladoria-Geral da União (CGU), Monique Cerqueira Zuidema, lotada na Secretaria de Integridade Pública (SIP), participou da [ComplianceNet](#), conferência internacional e interdisciplinar com o objetivo de disseminar conhecimentos sobre a temática de compliance.

A agenda da conferência contemplou a realização de painéis, palestras e debates com acadêmicos de universidades de diversos países, discutindo temas relacionados ao *compliance* e ao combate à corrupção. Durante essas atividades, foram abordados assuntos como: tecnologia, inteligência artificial, ciências comportamentais, direitos humanos, atividades regulatórias, entre outros. Entre os artigos apresentados, alguns se mostraram especialmente relevantes para a SIP:

- *Complying with Suptech* - Hillary Allen, American University;
- *Compliance and Anti-corruption policies regarding the imbalance between developed and developing countries* - Rafael Diniz Pucci, Universidade de São Paulo;
- *Anti-Corruption Machine Learning: "Threat or Menace"?* - Nils Köbis, Max Planck – Instituto para o Desenvolvimento Humano e Fernanda Odilla – Projeto BIT-ACT, Universidade de Bologna;
- *When do people accept government paternalism? Theory and experimental evidence* - Clareta Treger, Universidade de Toronto;
- *The Impact of the Increasing Convergence of Anti-corruption Measures and Human Rights Compliance on Global Supply Chains* - Sarah Helene Duggin, Universidade Católica da América;
- *Legitimacy and self-regulation in online governance* - Tom Tyler, Universidade de Yale.